

## RESENHA 2

# O CAPITALISMO NO BRASIL

PAULA, João Antonio de. Curitiba: Kotter Editorial, 2021, 296 p.

Recebido em 10/10/2024

Aprovado em 19/11/2024

DOI: 10.69585/2595-6892.2024.1199

*Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia*

*(Leon Tolstói)*

### MARIA MALTA

Professora do Instituto de Economia e da pós-graduação em História da Ciência, das Técnicas e Epistemologia (HCTE) da UFRJ. Coordenadora do Laboratório de Estudos Marxistas do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Lema/IE – UFRJ).

Email: [mariamalta@ie.ufrj.br](mailto:mariamalta@ie.ufrj.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5538-940X>

### MATHEUS MANHÃES

Mestrando do HCTE-UFRJ. Pesquisador do Lema/IE-UFRJ.

Email: [matheusfmanhaes@gmail.com](mailto:matheusfmanhaes@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-8604-9330>

O capitalismo no Brasil é um livro especial. É capaz de ser um livro introdutório sendo rigoroso e profundo. Resultado de mais de trinta anos de trabalho ensinando história econômica e economia política, o livro tem um talento duplo. De um lado, é capaz de possuir uma embocadura teórica e estilística tão nítida e fluida que se torna uma referência obrigatória para qualquer pessoa que queira se aproximar pela primeira vez da história econômica do Brasil. Por outro lado, por seu compromisso histórico-político, sua profundidade e respeito no tratamento do objeto, é um livro que se revela, desde já, como uma interpretação do Brasil.

É surpreendente que até hoje, depois de tanto tempo de desenvolvimento da área de História Econômica do Brasil, ainda não tenhamos visto nenhum livro com o título *O capitalismo no Brasil*. Surpresa notada pelo próprio autor, tributário dos textos referenciais de Roberto Simonsen, Caio Prado Júnior e Celso Furtado. João Antonio de Paula nos desafia a pensar sobre isso desde sua introdução, quando encara a necessidade de discutir com aqueles intérpretes do Brasil que, ao longo de nossa história, buscaram as mais diversas referências capazes de estabelecer o ponto de partida ou a “data de nascimento” de uma “nação brasileira”. Ao mesmo tempo, o autor nos convida a pensar como a dimensão da luta de classes, animando o problema relativo à nação, se expressa em um país vitimado

pela colonização, pelo imperialismo e pelo neocolonialismo – especialmente do ponto de vista dos limites que isso traria para a possibilidade de uma vida democrática em nosso país.

A introdução já nos avisa que o autor não ficará restrito a contar uma história da economia brasileira. Contar a história do capitalismo no Brasil exigiu apresentar a totalidade pela qual se manifesta o seu objeto – totalidade econômica, política, cultural –, riqueza interdisciplinar que João Antonio assume com erudição sóbria. Revelando o seu compromisso de interpretar o Brasil, o autor dirige sua exposição às dores postas pela crise de nosso tempo, desafiadora para “os trabalhadores e os que se colocam do ponto de vista do socialismo como plena emancipação humana” (p. 31). Preocupam-no as repercussões sobre a classe operária e sobre os que vivem do trabalho da dominação da “globalização-globalitária” (referência a Milton Santos), quais sejam: as consequências sociais e políticas da continuidade do aumento das desigualdades de riqueza e de renda, a consolidação do desastre ambiental, a agudização da crise urbana, a exacerbação do neocolonialismo, a barbárie imperialista e a emergência de uma nova onda de ódio à democracia.

Após sermos despertados para o seu objetivo de fazer um mergulho na história para pensar o momento atual do Brasil, buscando pensar saídas para um futuro do país, João Antonio abre seu o primeiro capítulo não de qualquer lugar comum, mas desafiando-se a falar das raízes da economia brasileira na perspectiva das discussões sobre as referências de formação da nação brasileira. Ao fazer esse movimento, assenta sua pedra fundamental sobre uma controvérsia: lembra-nos que o Brasil pode ter mais ou menos que os 520 anos que lhe são atribuídos hoje.

Mais, por ser necessário “considerar e valorizar a presença de populações humanas anteriores à chegada de Cabral” (p. 47) por estes lados. Especialmente após os estudos arqueológicos mais recentes, que revelam, por exemplo, no caso da Amazônia, a presença de complexas estruturas urbanas, bem como sua capacidade de manejo agrícola e adaptação de certos tipos

de cultivos para o consumo humano, mantendo, para tanto, a floresta de pé e diversa.

Menos, porque levanta a hipótese de que o Brasil talvez deva ser considerado como “nação” em virtude da busca de sua autodeterminação, não apenas nas formações sociais pré-cabralinas, mas também em outros momentos importantes posteriores a Cabral. Por mais que em 1822 o país tenha formalmente dado início à constituição de seu Estado nacional, talvez sua efetiva nacionalização deva ser considerada apenas a partir da abdicação de Pedro I, em 1831. Há ainda momentos como a Guerra dos Mascates, em 1711, ou as Conjurações, do século XVIII, que trouxeram à tona um sentimento nativista, “pertencimento a uma realidade político-cultural não-portuguesa”. Além disso, o autor amplia a matriz étnico-cultural brasileira lembrando que além das “três matrizes básicas, a lusa, a africana e a autóctone, devem ser acrescentadas outras: europeias e asiáticas”, bem como “devendo ser destacado o fato de que mesmo entre as três matrizes básicas há diversidade, sendo equivocada a ideia de uma homogeneidade africana ou indígena” (p. 53).

Um outro importante atributo da obra é a sua disposição de enfrentar o debate sobre Estado, nação e democracia concebendo as características históricas *específicas* da formação econômico-social brasileira sem incorrer, para tanto, em excepcionalismos. O autor faz uma conexão precisa entre os movimentos da política e a delimitação de um Estado que passaria, por muito tempo, entre o aristocrático e o burguês até se definir pela última forma. Não tergiversa ao buscar o debate teórico sobre o Estado, as influências liberais, mas também as da ideologia do Antigo Regime, no Império brasileiro, cuja instabilidade dá origem à ideologia do horror à rebeldia, da condenação à revolução, da apologia da transação, mistificando a violenta história de dominação do Brasil. Talvez seja o único livro da área que se dedicou a pensar a questão da dominação concreta, tanto política como econômica, acompanhada por sua dimensão simbólica, sem render-se a tais mitologias.

O trabalho de sustentação da tese sobre a formação histórica do capitalismo no Brasil avança apontando para a questão fundamental da formação do mercado interno, referência central para sua discussão da dinâmica capitalista. Indica o quanto para chamar-se capitalista um país deve estabelecer sua estrutura de interesses internos e de produção material da vida de maneira própria. Isso, evidentemente, não significa necessariamente escapar da condição de dependência, tampouco aponta para um caminho de superação de heterogeneidade estrutural. Trata-se de avaliar as relações regionais, as formas de ocupação da terra, de contratação do trabalho (podendo este ser mantido escravizado, como o foi até 1888), a circulação do dinheiro e a disponibilidade de crédito. A absorção destes elementos pela lógica da mercadoria é fundamental para o estabelecimento dos elementos que, acrescidos ao direito à propriedade privada, dão o aspecto capitalista às relações sociais de produção e estabelecem as dinâmicas de avanço das forças produtivas. O autor oferece os dados históricos essenciais para apoiar ricamente a tese defendida, trazendo para o debate até mesmo a dimensão da ciência e da tecnologia.

Da consolidação do capitalismo brasileiro às suas manifestações mais contemporâneas, João Antonio acolhe em cada um dos momentos históricos centrais a explicação da economia, do Estado e das relações sociais no país, compondo em seu conjunto a análise de conjuntura não muito alvissareira sobre o nosso “hoje”. Para dar sentido a esta percepção das dificuldades que precisamos enfrentar no Brasil recente, Paula argumenta que, ao longo de sua história, o Brasil vem sendo marcado por diversas situações de dependência, que nada mais são que formas metamorfoseadas da condição colonial. No presente a expressão desta metamorfose seria o modo periférico e dependente como se configura o capitalismo no Brasil.

O capitalismo no Brasil é marcado por uma interação entre história concreta e história do pensamento que se revela na formação econômico-social brasileira, ganhando suas expressões superestruturais que representam a versão dos dominantes do desejo de futuro para o país:

uma mesma unidade de tempo [...] seria, para diversas sociedades coexistentes, como um recipiente vazio, passível de ser preenchido com as realidades, os conteúdos, que cada sociedade seja capaz de criar, desde que autonomamente potentes. Tal expressão, autonomamente potente, corre o risco de se tornar abstração enganosa, se se limitar aos aspectos jurídico-formais. Com efeito, os aspectos jurídico-formais fazem parte, no conjunto da estrutura social, da instância responsável pela legitimação da dominação mediante hegemonia política e cultural, sob a forma de símbolos, valores, narrativas, que, atendendo a interesses particularistas, de classe, apresentam-se, e se legitimam, como se universais fossem (p. 233).

Ver o Brasil sob esta forma articulada da relação entre base e superestrutura, na qual as relações de dependência despontam como parte de interesses do capitalismo mundial, também define que é elemento essencial para sua compreensão a observação da dinâmica interna/externa da formação socioeconômica constituída aqui. Afirma que é necessário que o capitalismo dependente e periférico nestas paragens, expressão dos interesses do grande capital mundial, vai precisar impor condições de superexploração do trabalho e da natureza e por isso vai demandar instrumentos políticos de exceção que colocarão em xeque nossa democracia possível.

Como em todo seu livro, o autor não apenas formula esta visão com base nos autores que o antecederam, mas também apresenta vários dados históricos comprovativos, como acordos e tratados de comércio, leis e políticas financeiras e de investimento, e isto em uma série de momentos históricos definidores da formação do Brasil. Em virtude de seu pessimismo da razão, Paula não termina o texto com uma percepção de que, a despeito das bravas lutas dos trabalhadores no Brasil ao longo da sua história, esta necessária superação da dependência esteja em movimento. Há uma conexão inextricável entre o capital interno e o grande capital mundial que o subordina, com a qual os donos do capital das nações dominantes e dos países dominados ganham. Ainda assim o otimismo da vontade dá espaço para outra reflexão, em um sentido em

que nossa aldeia é universal. A partir das palavras do autor, tomando inspiração em Florestan Fernandes:

a superação do capitalismo dependente no Brasil só será possível com a superação do capitalismo, isto é, a dependência que marca o capitalismo brasileiro é parte do mecanismo de acumulação de capital em escala global e sua desapareição não está disponível para a sociedade brasileira senão mediante a revolução (p. 237).

Após a leitura do livro vemos que pode não ser para já, mas fica evidente a necessidade de superar o capitalismo no Brasil.